

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC
04 de novembro de 2013

Aos quatro dias do mês de novembro de 2013, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni nº 5, Santo André, a partir das 9 horas minutos, realizou-se a Quadragésima Quarta Reunião Ordinária, sob a presidência do Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, Senhor LUIZ MARINHO, e com as presenças dos Excelentíssimos Prefeitos dos Municípios de Santo André, Senhor CARLOS ALBERTO GRANA; de São Caetano do Sul, Senhor PAULO NUNES PINHEIRO; de Diadema, Senhor LAURO MICHELS SOBRINHO; de Mauá, Senhor DONISETE PEREIRA BRAGA; de Ribeirão Pires, Senhor SAULO MARIZ BENEVIDES e de Rio Grande da Serra, Senhor LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA. Presentes também os Assessores Regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, bem como o Secretário Executivo da Presidência, Senhor Luis Paulo Bresciani. INÍCIO – O Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Em seguida, convida o Secretário Executivo para Apresentação e discussão dos programas do PPA Regional. Com a palavra o Secretário menciona que estão presentes os assessores regionais, secretários de planejamento e coordenadores de GTs que têm relação com os temas prioritários e que participaram do processo desde a última plenária até o ponto atual, com a definição das diretrizes e ações. Foi entregue aos Prefeitos a apresentação completa e detalhada. Inicia sua apresentação com o preâmbulo sobre o que é o PPA e informando as diretrizes 2014/2017 para a região, incluindo um quinto desafio que se refere ao desafio do fortalecimento institucional do Consorcio, que constituirá o Programa Gestão e Administração, além dos outros quatro desafios que orientaram essa construção e foram discutidos nas plenárias. O Secretário informa que a partir disso foram propostos 10 programas, e portanto no total serão 11 programas: 10 programas estão distribuídos entre os desafios prioritários e 1 programa para a gestão e o desenvolvimento institucional. O Secretário informa que foram propostas 165 diretrizes nas 7 Plenárias e na Consulta Pública realizada de modo virtual, com 1474 participantes credenciados nas plenárias e que constituíram 49 Grupos de Trabalho, 41 participantes pela via da Consulta Pública, e uma contribuição oriunda do Poder Legislativo, encaminhada formalmente pelo Vereador Fabio Palácio do município de São Caetano do Sul, cujo documento está incluso na pasta. As contribuições das plenárias e consulta pública concentram-se principalmente na Saúde, com 49 propostas de diretrizes. A partir de todas as contribuições, ao longo do mês de Outubro houve o trabalho de sistematização das diretrizes propostas, resultando nos 11 programas propostos e nas correspondentes ações prioritárias, ora submetidas à aprovação da Assembleia de Prefeitos. A presente sistematização não inclui os indicadores e metas físicas e financeiras por ação proposta, muito embora esse trabalho já tenha sido iniciado junto aos coordenadores dos GTs correspondentes, mas optou-se por avançar posteriormente nos referidos detalhes, a partir da apreciação da Assembleia sobre as diretrizes apresentadas. Na sequência, o Secretário Executivo inicia a apresentação detalhada. No capítulo

relacionado à melhoria da INFRAESTRUTURA REGIONAL, para o Programa 1, relativo à MOBILIDADE URBANA REGIONAL, a denominação proposta é Mobilidade Urbana, Integração e Modernização do Transporte Coletivo Regional. Objetivo: fomentar a integração operacional e tarifária da mobilidade urbana, por meio da racionalização das redes de transporte coletivo regional e metropolitano, aumentando a segurança viária e a fluidez do tráfego. Indicador principal: projetos integrados de mobilidade. Ações prioritárias, conforme Quadro 1 abaixo:

Descrição das Ações	Unidade de Medida
Viabilizar a implantação de modais de transporte coletivo integrando municípios do Grande ABC às estações de São Paulo com adoção do bilhete único Regional e Metropolitano	nº de integrações intermodais
Desenvolver ações para ampliar o respeito ao pedestre no trânsito	nº de ações desenvolvidas
Ampliar o uso do modal cicloviário através de ciclofaixas de lazer, projeto de bicicletas públicas e Plano Cicloviário Regional;	km de ciclovias e ciclofaixas implantadas
Ampliar o atendimento do transporte público durante 24 horas	número de linhas operando 24 horas
Criar um Centro de Controle Operacional Regional(CCOR);	% do centro implantado
Viabilizar a implantação de obras para priorização do transporte coletivo na região;	km de corredores de transporte coletivo implantados
Propor um modelo de gestão claro e objetivo ao plano de Mobilidade na elaboração das planilhas de custos, na eficiência do controle dos ônibus, no cumprimento dos horários e com maior fiscalização.	modelo de gestão implantado

Quadro 1: Ações e unidades de medida do Programa 1 - Mobilidade Urbana, Integração e Modernização do Transporte Coletivo Regional.

No programa 2, também relacionado à INFRAESTRUTURA REGIONAL a denominação proposta é Drenagem Urbana. Objetivo: Consolidar e ampliar as ações de combate às enchentes na região compatibilizando-as com as diretrizes previstas no Plano Diretor de Macrodrenagem do Estado. Indicador principal: Redução de manchas de alagamento. Ações prioritárias, conforme Quadro 2 apresentado no início da página seguinte:

Descrição das Ações	Unidade de Medida
Elaborar Plano Regional de macro e micro drenagem	% de elaboração do plano
Reduzir as áreas crônicas de alagamentos e enchentes na região com a adoção de medidas estruturais	nº de manchas eliminadas
Investir em programas de renaturalização dos rios e córregos	nº de rios e córregos renaturalizados
Manter a gestão junto ao governo do Estado para a limpeza e manutenção de piscinões	nº de piscinões com manutenção
Manter a gestão junto ao governo do Estado para a implantação de obras de combate às enchentes, previstas e não realizadas, no Plano de Macro drenagem, especialmente o piscinão Jabuticabal.	nº de obras realizadas
Articular junto ao Governo do Estado a despoluição e revitalização dos cursos d'água entre eles, o Ribeirão dos Meninos e Ribeirão dos Couros visando o combate as enchentes.	nº de córregos despoluídos e revitalizados
Articular junto ao Estado para readequar a rede de esgoto com lançamento no coletor tronco da Sabesp – ETE.	% de esgoto tratado

Quadro 2: Ações e unidades de medida do Programa 2 – Drenagem Urbana.

No capítulo relacionado ao Desenvolvimento Urbano e Gestão Ambiental, os resultados foram sistematizados em quatro programas, correspondentes aos temas discutidos pelas plenárias e na consulta pública, apresentados na sequência. Para o Programa 3, a proposta de denominação é Modernização da Gestão dos Resíduos Sólidos. Objetivo: Adotar solução regional integrada para os resíduos sólidos, com tecnologias para o tratamento e disposição final ambientalmente adequado, segundo os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Indicador principal: solução regional adotada. Ações prioritárias, conforme Quadro 3 abaixo:

Descrição das Ações	Unidade de Medida
Implantar uma política de coleta seletiva em 100% da região, com geração de renda e inclusão social, junto aos catadores organizados em cooperativas e associações.	% de domicílios atendidos
Buscar soluções regionais compartilhada para a destinação, logística reversa e reaproveitamento de resíduos sólidos.	% de implantação do Plano Regional
Adotar medidas de educação ambiental para a conscientização da população	nº de Campanhas

Quadro 3: Ações e unidades de medida do Programa 3 – Modernização da Gestão dos Resíduos Sólidos.

Para o Programa 4, denominação proposta: Redução de Riscos Urbanos e Ambientais. Objetivo: Consolidar e ampliar ações regionais de monitoramento, prevenção, mitigação e eliminação de riscos. Indicador principal: Riscos eliminados. Ações prioritárias, conforme Quadro 4 abaixo:

Descrição das Ações	Unidade de Medida
Elaborar e implantar o Plano Regional de Redução de Riscos.	% de elaboração e implantação do plano
Implantar o Sistema de Alerta e Monitoramento nas áreas de Risco (Integrado ao CCOR)	% de implantação do sistema
Erradicar moradias em áreas de risco R4 (risco muito alto) e R3 (risco alto)	Nº de UH removidas

Quadro 4: Ações e unidades de medida do Programa 4 – Redução de Riscos Urbanos e Ambientais. Para o programa 5, denominação proposta: Política Urbana e Habitacional Regional. Objetivo: Qualificar a gestão da política habitacional na região, a partir do desenvolvimento de ações compartilhadas que contribuam para urbanizar, sanear e regularizar os assentamentos precários e de risco, tendo em vista o combate ao déficit habitacional. Indicador principal: política habitacional integrada. Ações prioritárias, conforme Quadro 5, que se inicia na próxima pagina da presente ata:

Descrição das Ações	Unidade de Medida
Elaborar o diagnóstico habitacional na região caracterizando a precariedade e quantificando as necessidades habitacionais.	% de elaboração do diagnóstico
Implantar ações de Regularização Fundiária especialmente para as áreas de mananciais, buscando maior eficiência e eficácia da legislação	% de regularização efetuada
Viabilizar a ampliação de produção de Habitações de Interesse Social	nº de HIS produzida
Requalificar moradias e espaços urbanos incluindo urbanização de assentamentos precários.	nº de moradias requalificadas
Implantar programas de recuperação ambiental com saneamento e fiscalização nas áreas de mananciais	nº de programas implantados
Melhorar a acessibilidade dos passeios públicos (Padronização de calçadas)	Km de calçadas padronizadas
Orientar e incentivar a população sobre métodos construtivos que versem sobre a sustentabilidade	nº de pessoas orientadas

Quadro 5: Ações e unidades de medida do Programa 5 – Política Urbana e Habitacional Regional. Para o programa 6, denominação proposta: Segurança Urbana com Cidadania e Monitoramento Integrado Regional. Objetivo: Produzir ações de prevenção à violência, promovendo a formação e a valorização dos profissionais da segurança urbana, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, cultura da paz e promoção dos direitos voltados à cidadania, com implantação de monitoramento integrado regional. Indicador principal: Ações de prevenção realizadas. Ações prioritárias, conforme Quadro 6 abaixo:

Descrição das Ações	Unidade de Medida
Criar um sistema de monitoramento integrado regional, através de um núcleo de inteligência intermunicipal das GCMs. (integrado junto ao CCOR)	% de implantação do sistema
Integração das GCM's dos municípios buscando interfaces com as forças de Segurança Pública (Polícia Civil e Militar).	nº de ações conjuntas
Implantar o Centro de Formação Regional das Guardas Civis Municipais.	% de implantação do centro
Articular junto ao Estado o aumento do efetivo da Polícia Civil e Polícia Militar na região.	nº de efetivo policial

Quadro 6: Ações e unidades de medida do Programa 6 – Segurança Urbana com Cidadania e Monitoramento Integrado Regional.

O Programa 7 contempla os dois temas do capítulo relacionado ao Desenvolvimento Econômico Regional, submetidos ao debate nas plenárias e na consulta pública, e portanto se refere tanto à diversificação e inovação tecnológica como ao fomento do turismo regional. A denominação proposta é Desenvolvimento Territorial Integrado com Diversificação e Inovação Tecnológica. Objetivo: Fortalecer os sistemas produtivos regionais, bem como impulsionar e explorar o potencial econômico e turístico do Grande ABC, com a geração de novas oportunidades, novas tecnologias e inserção da região como roteiro turístico. Indicadores principais: Sistemas produtivos apoiados e Projetos turísticos apoiados. Ações prioritárias, conforme Quadro 7 abaixo:

Descrição das Ações	Unidade de Medida
Implantar o Circuito Turístico do Grande ABCDMRR	% de implantação do projeto turístico
Implantar Turismo de Negócios e Eventos	nº de eventos realizados
Implantar o Programa de infraestrutura e inovação para o desenvolvimento econômico e tecnológico do Grande ABC	% do programa implantado
Identificar alternativas de desenvolvimento e manejo sustentável nas áreas de proteção aos mananciais, compatíveis com a conservação ambiental	nº de projetos desenvolvidos

Quadro 7: Ações e unidades de medida do Programa 7 – Desenvolvimento Territorial Integrado com Diversificação e Inovação Tecnológica.

A seguir, inicia-se a apresentação dos três programas relacionados ao capítulo sobre o desafio da promoção da Inclusão Social e dos Direitos Humanos, correspondentes aos três temas debatidos nas plenárias e na consulta pública. Para o Programa 8, denominação proposta: Fortalecer o Sistema Regional de Saúde. Objetivo: Ampliar e qualificar o atendimento à saúde, com base na cooperação e complementaridade de ações, através de redes integradas de atenção à saúde que envolvam os serviços e recursos municipais, estaduais e federais.

Indicador principal: Redes Integradas. Ações prioritárias, conforme Quadros 8.1 e 8.2 apresentados a seguir:

Descrição das Ações	Unidade de Medida
Implantar as Redes Regionais de Atenção à Saúde no Grande ABC: Rede cegonha, Urgência e Emergência, Atenção Psicossocial, Atenção à Pessoa com Deficiência, Doenças Crônicas Degenerativas;	nº de redes implantadas
Celebrar o Contrato Organizativo da Ação Pública (COAP), que estabelece diretrizes para o sistema regional de saúde do Grande ABC e as responsabilidades de cada um dos entes federados, inclusive no que tange ao financiamento do sistema de saúde e na qualificação do sistema de gestão;	contrato assinado
Reestruturar a atenção hospitalar em âmbito regional, em parceria com Estado e União.	% de reestruturação da atenção hospitalar
Implantar um hospital regional de retaguarda, com 250 leitos de cuidados prolongados, sob gestão do Governo Estadual, destinado a pacientes crônicos e cuidados paliativos;	hospital implantado
Ampliar o acesso e a resolutividade dos serviços de referência especializada sob gestão da Secretaria de Estado da Saúde para a realização de consultas médicas especializadas, exames e cirurgias eletivas no Hospital Estadual Mário Covas, Hospital Estadual de Diadema (Serraria), no AME-Santo André e AME-Mauá;	% de acesso à atenção especializada
Empreender esforços para que o Governo Estadual amplie o número de polos/farmácias de dispensação de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica;	nº de farmácias implantadas

Quadro 8.1: Primeira parte do conjunto de ações e unidades de medida do Programa 8 – Fortalecer o Sistema Regional de Saúde.

Descrição das Ações	Unidade de Medida
Pactuar com o Governo Estadual referências para áreas críticas na alta complexidade: cirurgia cardíaca neonatal, ortopedia de alta complexidade, rede oncológica e hematologia;	nº de referências pactuadas
Implantar os Centros de Especialidades em Reabilitação.	nº centros de implantados
Qualificar a atenção básica em todos os municípios do Grande ABC, com a construção e reforma de UBSs, aquisição de equipamentos, informatização e expansão da Estratégia Saúde da Família;	nº de equipamentos reformados/construídos
Realizar cursos de formação, capacitação e desenvolvimento dos trabalhadores que atuam nos serviços de saúde da região;	nº de cursos realizados
Organizar e qualificar os complexos reguladores municipais e promover a integração destes com a Central de Regulação Estadual a partir da pactuação regional, para melhoria do acesso e da equidade dos usuários do Grande ABC.	Complexos reguladores implantados
Promover e qualificar as políticas públicas de prevenção de proteção e vigilâncias.	nº de políticas de prevenção implantadas

Quadro 8.2: Segunda parte do conjunto de ações e unidades de medida do Programa 8 – Fortalecer o Sistema Regional de Saúde.

Para o programa 9, relacionado ao tema da Educação / Cultura / Esporte e Lazer, denominação proposta: Educar para a criatividade e a inovação. Objetivo: Promover a realização integral do ser humano através da educação de gerações

criativas, inovadoras, autônomas e críticas. Indicador principal: Projetos para competências criativas. Ações prioritárias, conforme Quadro 9 abaixo:

Descrição das Ações	Unidade de Medida
Elaborar e implantar um plano regional de melhoria da educação, baseado em metas que tipifiquem a qualidade, articulando as áreas de culturas, esporte e lazer, como a capacitação dos profissionais da educação.	% de implantação do plano
Integração das ações de Educação, Cultura, Esporte e Lazer na região ampliando e criando espaços multiuso para crianças, jovens e terceira idade.	nº de ações integradas
Investir em inovação e formação esportiva na região e potencializar os espaços existentes em âmbito regional.	nº de programas de formação esportiva
Ampliar e qualificar o atendimento na educação de jovens e adultos articulando escolaridade e profissionalização.	nº de atendimento
Promover a Educação para as competências criativas através da qualificação profissional e técnica.	nº de ações desenvolvidas
Consolidar o Plano Regional de Cultura	% de implantação do plano

Quadro 9: Ações e unidades de medida do Programa 9 – Educar para a criatividade e a inovação. Para o Programa 10, relacionado ao tema das Políticas Sociais e Afirmativas, denominação proposta: ABC Solidário e Afirmativo. Objetivo: Ampliar as políticas universais em territórios de maiores desigualdades, com a integração das políticas públicas, valorizando a cidadania e autonomia dos indivíduos, e combatendo todas as formas de discriminação. Indicador: Integração das políticas públicas. Ações prioritárias, conforme Quadro 10 apresentado na próxima página da presente ata:

Descrição das Ações	Unidade de Medida
Implementar o plano regional de proteção a criança e ao adolescente.	% do plano implantado
Fortalecimento e ampliação da rede de atendimento à mulher em situação de violência.	% de ampliação do atendimento
Fortalecer e ampliar as políticas públicas voltadas para juventude.	nº de políticas implantadas
Implantação de uma rede regional de atendimento às pessoas em situação de rua;	% implantação da rede
Identificar os bolsões de miséria no Grande ABC para inserção nos programas de transferência de renda.	nº de bolsões identificados
Fortalecer e Ampliar a rede social de atenção às pessoas idosas.	% implantação da rede

Quadro 10: Ações e unidades de medida do Programa 10 – ABC Solidário e Afirmativo. Além dos 10 programas anteriores, o trabalho de sistematização propõe também a inclusão de um programa para a gestão e administração da entidade, que passa portanto a ser o Programa 11, com a denominação proposta de Gestão e Desenvolvimento Institucional do Consórcio. Objetivo: Promover políticas públicas para o enfrentamento dos problemas comuns às sete cidades da região, visando ao desenvolvimento sustentável regional e metropolitano. Indicador principal: Contratos de Programa Pactuados. Ações prioritárias, conforme Quadro 11 a seguir:

Descrição das Ações	Unidade de Medida
---------------------	-------------------

Implementar o Observatório de Políticas Públicas	% de implementação do Observatório
Promover a formação regional continuada de gestores públicos	nº de gestores capacitados
Desenvolver o plano de comunicação institucional	Plano desenvolvido
Fortalecer as ações de articulação federativa	nº de ações desenvolvidas

Quadro 11: Ações e unidades de medida do Programa 11 - Gestão e Desenvolvimento Institucional.

Aberto o debate, o Prefeito Carlos Grana questiona sobre o programa 7, relacionado ao desenvolvimento econômico regional, considerando que as propostas de ação seriam insuficientes perante a complexidade dos problemas colocados. O Secretário Executivo esclarece que a opção feita foi destacar duas ações especificamente voltadas ao fortalecimento do turismo regional, uma ação correspondente ao desenvolvimento das áreas de mananciais, e uma ação abrangente com a diretriz de fortalecimento da infraestrutura e do estímulo à inovação do tecido econômico regional, capaz de abrigar as diversas iniciativas e subprojetos debatidos no âmbito do GT Desenvolvimento Economico e também às prioridades apontadas pelo planejamento da Agencia de Desenvolvimento Economico Regional, realizado no dia 19 de Outubro, com a presença do Consórcio através dos municípios que fazem parte da direção daquela entidade. Isso posto, não houve novas manifestações, e o Presidente Luiz Marinho solicitou a apresentação da proposta preliminar do orçamento para o quadriênio 2014/2017, com a alocação de recursos próprios do Consorcio por programa, relacionados no Quadro 12, apresentado no início da próxima página da presente ata:

Consórcio Intermunicipal Grande ABC

PROGRAMA	2014	2015	2016	2017	TOTAL	
					(valores em milhões)	
P1	Mobilidade Urbana, Integração e Modernização do Transporte Coletivo Regional	3,00	5,00	5,00	5,00	18,00
P2	Drenagem Urbana	0,25	0,75	0,75	0,75	2,50
P3	Modernização da Gestão dos Resíduos Sólidos	0,25	0,75	0,75	0,75	2,50
P4	Redução de Riscos Urbanos e Ambientais	1,45	3,00	3,00	3,00	10,45
P5	Política Urbana e Habitacional Regional	0,25	0,80	0,80	0,80	2,65
P6	Segurança Urbana com Cidadania e Monitoramento Integrado	2,00	3,00	3,00	3,00	11,00
P7	Desenvolvimento Territorial com Diversificação e Inovação	1,00	2,00	2,00	2,00	7,00
P8	Fortalecer o Sistema Regional de Saúde	0,25	0,75	0,75	0,75	2,50
P9	Educar para a criatividade e a inovação	0,25	0,75	0,75	0,75	2,50
P10	ABC Solidário e Afirmativo	2,00	3,50	3,50	3,50	12,50
P11	Gestão e desenvolvimento institucional do Consórcio	9,00	12,50	12,50	12,50	46,50
	total por exercício	19,70	32,80	32,80	32,80	118,10

Quadro 12: Proposta de alocação dos recursos orçamentários do Consórcio no quadriênio 2014/17. O Secretário Executivo destaca que a proposta considera valores maiores para os programas onde já existem ações ou projetos significativos em curso, a exemplo das iniciativas relacionadas com a Mobilidade, Redução de Riscos, Segurança, as ações da Agência de Desenvolvimento Econômico e o programa Casa Abrigo Regional. Esclarece também que os recursos para gestão e desenvolvimento institucional consideram o custeio da entidade, campanhas de comunicação como o projeto Travessia Segura, e a implantação de um sistema de informações regionais, denominado como Observatório de Políticas Públicas no PPA Regional, com o objetivo de sistematizar e monitorar a própria execução dos programas propostos, além de promover cursos de formação de gestores como prevê o estatuto do Consórcio. Lembra que o Quadro apresentado não considera os recursos federais já anunciados para a Mobilidade, que deverão ser incluídos assim que formalizados os decretos federais de transferência dos valores aprovados para o Consórcio, o mesmo critério sendo válido para recursos federais, estaduais ou de outras fontes que sejam captados ao longo dos próximos anos. Reitera que a proposta de alocação de recursos próprios para o PPA deverá ser aprovada na próxima Assembleia de Dezembro, assim como o Orçamento detalhado para o exercício de 2014. Deliberação: não havendo manifestação em contrário, fica aprovado o PPA 2014/17, cuja descrição segue também anexa à presente ata, cabendo definir o orçamento na próxima Assembleia.

Na sequência, o Secretário Executivo passa palavra para a Sra. Sandra Malvese, Técnica de Programas e Projetos do Consórcio, para iniciar a apresentação do GRUPO TEMÁTICO GESTÃO DE RISCOS, que contempla uma proposta de parceria com o Governo Estadual para a remoção de famílias em áreas de risco alto e muito alto. O Prefeito Gabriel Maranhão aproveita a oportunidade para falar a respeito do cronograma do IPT, questionando sobre a saída da responsável pelo cronograma. Sra. Sandra responde que a Sra. Kátia Calil, coordenadora do projeto, não está mais no IPT e que foi substituída pelo Sr. Eduardo Macedo. Relata que o objetivo é concluir até Janeiro de 2014 todos os projetos e relatórios dos municípios de Santo André, Rio Grande da Serra e Ribeirão Pires. Destaca que em Santo André falta realizar um sobrevoo para fechar o levantamento e no município de Rio Grande da Serra falta a conclusão e a audiência final, mas diz que os números já foram informados. O Prefeito Gabriel Maranhão questiona se o documento final será entregue individualmente, pois pretende utilizar o documento no Programa Minha Casa Minha Vida. A Sra. Sandra Malvese responde positivamente, afirmando que serão entregues duas cópias do relatório final, sendo uma para o município e a outra para o Consórcio. Diz que o prazo inicial era 05 de Dezembro, mas foi solicitado a sua prorrogação por mais dois meses, o que fez que a previsão de entrega fosse alterada para Janeiro de 2014. Na sequência, a Sra. Sandra Malvese inicia sua apresentação, informando que acompanha o Grupo Temático Gestão de Riscos, que tem trabalhado nos últimos meses no levantamento mais específico de moradias de risco alto e muito alto. Diz que os planos municipais mapeiam os riscos, desde o baixo até o muito alto, e a ideia é apresentar este relatório de risco alto e muito alto e solicitar uma parceria com o Governo do Estado para a remoção imediata dessas pessoas, através de fornecimento de bolsa aluguel até que a nova moradia seja entregue. Caso não seja possível realizar a remoção, informa que existe um número muito alto de moradias que precisam ser removidas imediatamente, sendo que alguns municípios já fizeram a retirada dessas moradias, mas outros municípios ainda precisam realizar. Na sequência, passa a palavra para a Sra. Tássia Regino, representante do Grupo Temático e Secretária de Habitação de São Bernardo do Campo, que reforça a fala da Sra. Sandra, relatando que mesmo que o Estado não se pronuncie a fazer algo pela remoção das moradias é necessário que os Prefeitos o façam. Diz que a proposta foi construída com o objetivo de remover preventivamente as moradias em situação de risco, antes do próximo período de chuvas, com o apoio financeiro e técnico do Governo do Estado, abrangendo os seguintes objetivos específicos: remoção de moradias em risco muito alto (R4) e risco alto (R3) não consolidáveis, que podem evoluir a muito alto; concessão de auxílio aluguel para as famílias removidas até o atendimento habitacional definitivo; limpeza e recuperação das áreas desocupadas; produção de unidades habitacionais para atendimento habitacional definitivo das famílias cujas moradias forem removidas. Os critérios adotados para remoção de moradias incluídas na proposta de parceria são: os municípios da região quantificaram as moradias cuja remoção preventiva é recomendada antes da próxima estação de chuvas, considerando todas as moradias classificadas como em risco muito alto (R4); as moradias classificadas como em risco alto (R3) que não são consolidáveis com obras e cujo grau do risco pode evoluir em curto prazo para muito alto. Dentre estas, foram destacadas as moradias em situação muito crítica, cuja remoção é

recomendada independente de apoio do Governo do Estado. Além das moradias já mapeadas para remoção preventiva, para fins de quantificação das metas físicas, estimou-se 20% de novas remoções que podem vir a ser necessárias em função da própria evolução do risco dada pelas chuvas. Relata que o Estado não tem fontes para financiar todas as ações necessárias, portanto o objeto da parceria consiste no pleito ao Governo Estadual de integrar a ação conjunta de remoção preventiva de moradias em risco, por meio de apoio técnico e financeiro para sua implementação. As ações para as quais há possibilidade de captação de recursos junto ao Estado são: concessão de auxílio aluguel transitório para as famílias removidas até o atendimento habitacional definitivo; produção de unidades habitacionais para atendimento habitacional definitivo das famílias cujas moradias forem removidas. As ações para as quais não foram identificadas fontes orçamentárias pelo Estado: apoio de infraestrutura para a mudança das famílias; demolição das moradias interditadas; limpeza e recuperação das áreas desocupadas. Na sequência apresenta a situação atual dos municípios com relação ao risco. O estudo utilizado em Santo André foi o PMRR (IPT), e está em execução – números estimados, com base em dados já levantados. Os resultados gerais do estudo: PMRR em andamento, com previsão de conclusão em novembro/2013 e situação priorizada para a proposta de ação emergencial: unidades em risco muito alto e com 20% estimativa de remoções de emergência durante o período de chuva (Dezembro a Março) a partir do PMRR em andamento totaliza 677 unidades, sendo 220 em situação muito crítica. O município de São Bernardo do Campo fez atualização do PMRR, concluída em outubro/2013, totalizou em R4, R3 e R2 (risco médio) a quantidade de 2023 moradias em situação de risco escorregamento, solapamento, inundação e alagamento, mas em situação de risco R4 e R3 (passível de evolução em curto prazo) a estimativa é de 53 unidades a serem removidas em curto prazo, sendo 18 em situação muito crítica. Em São Caetano do Sul o risco existente é o de inundação/alagamento, que é um risco de natureza transitória, em geral, a solução para o problema só será dada com um projeto regional, da bacia como um todo. O município de São Caetano do Sul não tem ação planejada de remoção de famílias de áreas de risco, exceto emergencialmente. Neste caso, a família é encaminhada a um abrigo, onde fica alojada até que haja condições de retorno à moradia. Em Diadema, considerando escorregamento e inundação de R1 a R4, totaliza 3072 unidades em situação de risco, mas para remoção preventiva são 102, com o acréscimo de 20% totaliza 122 unidades, sendo 40 em situação muito crítica. Em Mauá é a situação mais crítica, o PMRR (IPT) recente foi concluído em maio/2012, somando todos os riscos totaliza 10.621 em R1 a R4, e para remoção preventiva 873, sendo 63 são em situação muito crítica, com 20% totaliza 1048 para remoção imediata. Em Ribeirão Pires o estudo utilizado foi o PMRR (IPT), em fase de conclusão (mapeamento já concluído), totalizando 2954 unidades em situação de risco, mas 1939 são R2, consideradas menos crítica, totalizando 70 unidades para remoção imediata já com estimativa de 20%, sendo 37 muito críticas. Em Rio Grande da Serra o estudo utilizado foi PMRR (IPT), em fase de conclusão (mapeamento já concluído), com 2170 moradias em situação de risco, sendo 1247 em R2, totalizando 319 com 20% para remoção imediata já com 20% de aumento, sendo 146 moradias em situação muito crítica. A proposta de parceria a ser feito ao Governo do Estado, considerando o diagnóstico, prevê a concessão de auxílio

aluguel transitório para as famílias removidas até o atendimento habitacional definitivo e a produção de unidades habitacionais para atendimento habitacional definitivo das famílias cujas moradias forem removidas. Aos municípios caberia o custeio das despesas com ações para as quais não foram identificadas fontes orçamentárias pelo Estado: apoio de infraestrutura para a mudança das famílias; demolição das moradias interditadas e a limpeza e recuperação das áreas desocupadas. Na parceria com o Governo Estadual será solicitado o auxílio aluguel para 2.288 unidades, e a produção para 1.885 unidades considerando que uma grande parte está em área de projetos contratadas. Em situação muito crítica existem 524 unidades para remoção imediata. Tássia informa que Mauá possui a maior área de situações crítica. Pela regra do Estado o valor concedido para o auxílio aluguel é baseado no valor previsto pelo município, no caso de Santo André a concessão de auxílio aluguel é proporcional a R\$ 465,00 (unitário), com estimativa para 24 meses, totalizando um pedido de R\$ 7.555.320,00 para concessão de auxílio aluguel e R\$ 35.040.000,00 para produção de unidades habitacionais. O custo a ser assumido pelo município de Santo André será com remoção, demolição e recuperação de áreas desocupadas, estimado em R\$ 7.914.130,00 e o Estado gastaria com o município o subtotal de R\$ 42.595.320,00 para custear o auxílio aluguel e produção habitacional. No município de São Bernardo do Campo a proporção para o auxílio aluguel é baseado no valor de R\$ 315,00 (unitário), totalizando um pedido de R\$ 400.680,00 para concessão de auxílio aluguel e R\$ 3.552.000,00 para produção de unidades habitacionais. O custo a ser assumido pelo município de São Bernardo do Campo com remoção, demolição e recuperação de áreas desocupadas de R\$ 648.232,40, e o Estado deveria destinar o subtotal de R\$ 3.952.680,00 para custear o auxílio aluguel e produção habitacional. Diadema possui um valor de aluguel mais alto, de R\$420,00 unitário, totalizando para 24 meses R\$ 5.645.760,00 que seriam custeados pelo Estado e ao município cabendo R\$ 1.051.371,60 para remoção, demolição e recuperação de áreas desocupadas. O Prefeito Gabriel Maranhão questiona a variação do valor unitário do aluguel, e a Sra. Tássia Regino responde que foi utilizado um valor estimado para os municípios que não possuem valor definido. Continuando a apresentação, a Sra. Tássia Regino apresenta os valores correspondentes ao município de Mauá, com o valor de R\$ 350,00 (unitário), totalizando R\$ 109.411.200,00 com gastos do Estado para auxílio aluguel e produção habitacional e R\$ 11.004.000,00 para gastos do município com as despesas de remoção, demolição e recuperação de áreas desocupadas. O município de Rio Grande da Serra possui um auxílio aluguel de R\$ 300,00 (unitário), totalizando R\$32.920.800,00 para gastos do Estado com auxílio aluguel e produção habitacional e o município gastará R\$ 1.256.860,00 com as despesas de remoção, demolição e recuperação de áreas desocupadas. Destaca que o município de Rio Grande da Serra é o único que solicita mais recursos ao Governo do Estado do que o previsto com as despesas. O município de Ribeirão Pires não possui lei do auxílio aluguel, que precisa ser criada pela regra do Estado, portanto foi estimado um valor de R\$ 350,00 (unitário), totalizando o valor de R\$ 7.308.000,00 para o Estado custear com auxílio aluguel e produção habitacional e R\$ 949.200,00 para o município custear as despesas com remoção, demolição e recuperação de áreas desocupadas. Somando todos os valores o pedido ao Governo do Estado para auxílio aluguel de 24 meses o total de R\$ 20.873.760,00, considerando 20% e R\$

180.960.000,00 para produção de unidades habitacionais, porém R\$ 143.260.000,00 correspondem ao Programa Minha Casa Minha Vida. O Prefeito Luiz Marinho questiona porque o prazo formulado é de 24 meses. A Sra. Tássia responde que pela regra são 18 meses para produção habitacional do empreendimento da Minha Casa Minha Vida e considerado mais 6 meses para conclusão. O Prefeito Luiz Marinho diz que esse tempo não é hábil e solicita que o prazo seja de 36 meses (3 anos). A Sra. Tássia responde que no contrato ficará claro que o auxílio será até o prazo estimado e define que o prazo será de 36 meses (3 anos), sendo assim aumentará também o número de estimativa de famílias e o valor total previsto com despesas. O Prefeito Carlos Grana questiona qual o número de aluguéis sociais que o Grande ABC recebe do Estado atualmente. A Sra. Tássia Regino responde que não sabe o valor atual. O Prefeito Luiz Marinho diz que o ideal é que o Estado assuma uma ação preventiva para evitar desastres, mas que não sabe ainda se o Estado irá aceitar a parceria, e solicita à Secretaria Executiva o agendamento imediato de uma reunião com o Sr. Silvio Torres, Secretário Estadual de Habitação e com o Sr. Edson Aparecido, Secretário Estadual da Casa Civil. Destaca a importância e urgência de pautar com os Secretários mencionados, antes de ocorrer tragédias. O Prefeito Donisete Braga fala das necessidades que o município de Mauá possui e que também precisam ser formalizadas ao Governo do Estado. A Sra. Tássia Regino afirma que essa operação é muito importante, o prazo de dois meses é muito curto devido à urgência, sendo que neste tempo será necessário montar as equipes dentro das cidades, por isso destaca a importância dos prefeitos de definirem quem comanda a operação e o prazo para definição dos mesmos. Os prefeitos solicitam que os valores sejam somados novamente e que seja informado o valor total de famílias em risco alto na região. O Prefeito Gabriel Maranhão pergunta sobre o custo para adequar o local para não ocorrer mais riscos, e diz que foi informado pelo Estado que as despesas não poderiam ser custeadas por serem áreas particulares e pergunta se entrará neste nível de detalhamento. A Sra. Tássia Regino responde que não será recurso estimado para obra, somente para recuperação, e que será retirado todo entulho e vegetadas as áreas, informando que os gastos com obras não entram nesta solicitação. Na sequência reitera os números de moradias em situação crítica, no total de 524 para a região: Santo André 220; São Bernardo do Campo 18; Diadema 40; Mauá 63; Rio Grande da Serra 146 e Ribeirão Pires 37 unidades. O Prefeito Luiz Marinho diz que cada cidade precisa pensar nas possibilidades de fazer a remoção imediata e buscar a decisão interna independente da decisão do governo do estado. O Prefeito Lauro Michels fala que o auxílio aluguel no seu município tem aumentado significativamente e que no início do ano o valor foi reajustado para R\$ 415,00 e considera que esse valor poderia ser investido em obras ao invés de auxílio aluguel. O Prefeito Luiz Marinho agradece a presença da Sra. Tássia Regino e passa para o item seguinte da pauta.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA COMPETITIVIDADE DO SETOR QUÍMICO, PETROQUÍMICO E PLÁSTICO DO BRASIL - Apresentação do escopo da pesquisa sobre a cadeia produtiva do Grande ABC. O Presidente recebe o Deputado Federal, Vanderlei Siraque e o Sr. Flavio Chantre, da Braskem, para apresentarem o plano e a metodologia do projeto realizado em parceria com a empresa Maxiquim. Com a palavra, o Deputado Siraque cumprimenta e agradece aos prefeitos em nome da

Frente Parlamentar, o Deputado Federal Vicentinho, o Presidente do Sindicato dos Químicos, Sr. Paulo Lage, o Sr. Flavio Chantre, o vice-presidente da Agencia de Desenvolvimento Econômico, Prof. Joaquim Celso Freire e os representantes da consultoria Maxiquim, que presta assessoria à frente parlamentar e a todo setor químico e plástico. Relembra que a Frente Parlamentar teve inicio na Região do Grande ABC, através do grupo de trabalho químico e petroquímico, e a partir disso foram criados vários grupos para discussão do tema. Na época existia o problema da guerra fiscal entre os estados, especialmente no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul e isso foi superado em partes, principalmente pela reorganização do setor químico e petroquímico, junto com o governo. Relembra também que ex-prefeito de Rio Grande da Serra, Sr. Adler Kiko Teixeira, era presidente da Câmara de Vereadores de Rio Grande da Serra quando foi criado o Fórum de Vereadores e Vereadoras do Grande ABC, que reuniu 130 parlamentares na cidade de Mauá, para discutir o pólo químico, petroquímico e plástico. Diz que o Prefeito Donisete Braga participou no ano de 2002, da Frente de Competividade do Estado de São Paulo para defender o polo no momento em que houve a mudança da legislação que impedia a sua expansão no Grande ABC. Relata que a mudança começou aqui e chegou até o Congresso Nacional por ser considerado um setor estratégico para o Brasil. Fala que a ideia é realizar a pesquisa no Grande ABC, e depois ampliar em outros estados brasileiros, com a promoção do Consorcio, da Agencia de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e da Frente Parlamentar, com apoio da Braskem e de antemão agradece a todos. Com a palavra, o Sr. Flavio Chantre diz que o interesse é conhecer o impacto sócio econômico da cadeia produtiva, que pode gerar novos investimentos, porem destaca que existe uma limitação de áreas para expansão. Diz que todo setor pode ser potencializado, desde que conheça a região profundamente, destacando que esse é intuito do estudo, que a Braskem apoia. O Deputado Siraque completa dizendo que a ideia é demonstrar que os 7 municípios tem algo direto com setor químico e petroquímico e plástico. O Prof. Joaquim Celso Freire, vice-presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e também presente na reunião, diz que o estudo gera conhecimento e importante para a Agencia, e em nome do presidente Rafael Marques agradece pela atenção de todos os Prefeitos. O Deputado Vicentinho fala que a região é turística, esportiva e também industrial, e destaca que a pesquisa é fundamental para o presente e o futuro da região. Com a palavra, o representante da empresa Maxiquim inicia sua apresentação saudando e agradecendo a todos. Diz que a Região do ABC é muito forte neste segmento e irá mostrar a importância da indústria química brasileira como motor para um crescimento econômico sustentável. Relata que a indústria química e do plástico no Grande ABC gera algo próximo a 19% do valor adicionado da indústria regional e 11% da indústria paulista, que é considerada a sétima maior do mundo em termos de faturamento, logo atrás de França e Coréia do Sul. Boa parte do pré-sal será investido em saúde e educação, mas na cadeia produtiva é possível investir de outras formas, como monetizar as reservas, poupar para o futuro ou alavancar a Petrobras e fortalecer a cadeia produtiva e dessa forma e fazer a cadeia química brasileira ser mais forte. O objetivo do estudo é investigar e demonstrar as repercussões nas transformações econômicas ocorridas no desenvolvimento industrial na Região do Grande ABC, quando temos o foco na cadeia da

transformação química e sua relação a montante com a petroquímica e a jusante com outros setores industriais, como a cadeia automobilística, de alimentos, higiene e limpeza, eletroeletrônica, entre outras. O escopo na primeira parte consiste na caracterização das fronteiras econômicas do “pólo de crescimento” da indústria petroquímica e seus mercados na região. Na segunda parte, a identificação dos vetores econômicos do “pólo de crescimento” da indústria petroquímica e seus mercados na região do Grande ABC. E na terceira parte, a projeção dos fatores de atratividade para o fortalecimento do “pólo de crescimento” da indústria petroquímica e seus mercados na região do Grande ABC. A realização do estudo envolve três etapas, a parte 1 envolve uma extensa coleta de dados relacionados às empresas e aos governos/cidades. Serão pesquisados tais dados nos órgãos oficiais, porém o envolvimento dos governos municipais locais bem como das empresas que será fundamental para a coleta de dados específicos e que resultaram em uma análise melhor fundamentada. As Partes 2 e 3 envolvem uma análise detalhada e com olhar social/econômico dos dados gerados na Parte 1. Informa que o cronograma começou em outubro e a previsão de término é março de 2014. Na sequencia agradece a todos e diz que a Maxiquim pretende interagir com as prefeituras na busca de informações para a qualificação delas, se colocando à disposição para dúvidas e esclarecimento. Com a palavra, o Presidente Luiz Marinho fala que o Consorcio está alinhado com a Agência para apoiar o setor petroquímico na região, e questiona o grau de comprometimento da Braskem com a região, destacando a necessidade de um comprometimento maior entre essa indústria e toda a região. O Presidente agradece a todos e solicita também uma reunião com a Presidência da Braskem para discutir o seu maior envolvimento com as questões regionais.

Dando sequencia, o Presidente Luiz Marinho convida o Prof. Klaus Capelle, Pró Reitor de Pesquisa da UFABC, para a entrega de documento solicitando transporte entre os Campi de São Bernardo do Campo e Santo André. Com a palavra o Prof. Klaus Capelle cumprimenta a todos e fala que a UFABC está em fase de conclusão dos referido campí, destacando que a maioria dos alunos é da região do Grande ABC. A UFABC é um sistema integrado cujo projeto vislumbra a existência de vários campí que devem ser inter-relacionados participando de uma troca interdisciplinar que é hoje indispensável para o progresso da ciência. Em consequência da consolidação da UFABC em Santo André (sede) e em São Bernardo do Campo (campus que já contempla grande atividade acadêmica, e para qual está previsto a inauguração dos primeiros laboratórios de pesquisa ainda neste ano de 2013), diz que a UFABC se depara com o obstáculo da questão logística, já que, diariamente, centenas de alunos e servidores perdem tempo no deslocamento entre os dois campí, o que gera insatisfação e desperdício de recursos. Diante do exposto e em nome do Reitor da UFABC, o Prof. Klaus Capelle apresenta ofício solicitando o estudo para instalação de uma linha expressa de ônibus intermunicipal integrando os campí de São Bernardo do Campo e Santo André. O Prefeito Luiz Marinho agradece ao Prof. Klaus e solicita que à coordenação do GT Mobilidade que analise a viabilidade da implementação da linha, considerando o volume e a demanda.

Na sequencia, o Prefeito Luiz Marinho questiona ao Secretário Executivo informações sobre o prazo para credenciamento do chamamento público para pré-seleção de municípios para autorização de funcionamento de cursos de medicina. O

Secretário informa que na próxima sexta-feira haverá uma reunião entre o GT Saúde e a UFABC para tratar sobre um estudo de implantação do curso de medicina na região. O Prefeito Luiz Marinho ressalta a importância das demais prefeituras solicitarem o curso e solicita aos demais Prefeitos que considerem a importância e que cada cidade solicite o credenciamento junto ao Governo Federal, no site do MEC.

Na sequência, o Secretário Executivo apresenta os informes e agenda futura. No dia 04/11, das 18h30 às 21h30, no Centro de Formação de Professores de Santo André, será realizado o I Seminário Regional de Celebração Afro – Década dos Povos Afrodescendentes e a Lei Federal 10.639/2003. No dia 14/11, às 9h, no Teatro Cacilda Becker, em São Bernardo do Campo, haverá a Cerimônia de Adesão Regional e Metropolitana ao Programa Viver Sem Limite, com a possível presença da Ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes. No dia 21/11, às 18h, no Consórcio, será realizado o Seminário sobre Tráfico de Pessoas. No dia 26/11, a partir das 8h30, no Auditório da UFABC em São Bernardo do Campo, o Seminário Gestão de Riscos e os Municípios: A lei 12.608/2012. E no dia 11/12, a partir das 19h, está previsto o Lançamento do PPA Regional; o Prefeito Carlos Grana solicita a palavra e propõe que esse lançamento seja realizado no Teatro Municipal de Santo André, cuja reforma estará concluída, sendo a proposta aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, às 12h30, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo. -----

Região do Grande ABC, em 04 de novembro de 2013.

Prefeitos signatários, presentes na 44ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral.

LUIZ MARINHO
PRESIDENTE
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

LAURO MICHELS SOBRINHO
VICE-PRESIDENTE
Prefeito do Município de Diadema

CARLOS ALBERTO GRANA
Prefeito do Município de Santo André

PAULO NUNES PINHEIRO
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

DONISETE PEREIRA BRAGA
Prefeito do Município de Mauá

SAULO MARIZ BENEVIDES
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI
Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 44ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.